



ATA Nº 6/2016

Aos 28 dias do mês de junho do ano 2016, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões, reuniu-se a Assembleia Municipal de Espinho, para a primeira reunião da terceira sessão ordinária do ano de 2016, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Guy Alberto Correia da Costa Viseu e secretariada por José Manuel Carmo da Silva e Maria Alexandra Flor Bastos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
3. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;
4. Aprovação das Atas 1/2016; 2/2016; 3/2016; 4/2016 e 5/2016.

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º do Regimento desta Assembleia, a reunião iniciou-se às 21h30 dado que à hora inicialmente designada não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Joaquim José Pinto Moreira estando também presentes os Vereadores, António Vicente de Amorim Alves Pinto, Quirino de Jesus e Leonor Fonseca.

Foi verificada a presença dos **Vogais** Ricardo Bastos Sousa, Ana Paula Pereira Belinha, Paulo Jorge Alves Moreira de Castro, Bernardo Coelho de Lacerda Machado, António Manuel Pinto de Oliveira, Luís Miguel Perdigão Carvalho Pinto, José Emanuel Teixeira Carvalhinho, Maria Aurora da Costa Pereira Morais e Vingada, Alfredo Domingues da Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Pedro Nuno Oliveira Tavares, Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho, Ana Cecília Alves de Campos Lopes Rezende e dos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, Rui Manuel Martins Torres e Manuel de Oliveira Dias.

Foi dada nota dos pedidos de substituição dos vogais Rita Figueiredo Reis Rola por Maria Susana Gomes de Castro Valente, José Luis Machado Peralta por Joana Devezas, Rosa Martins de Freitas Duarte por Tânia Santos, Henrique José Pedro Cierco por Carlos Vinagre, Elísio Manuel Ribeiro Pereira da Silva por José Dinis Moreira Campos Pinto e do Presidente da JF de Anta e Guetim Nuno Pinto de Almeida por Manuel Fernando R.M. Santos, tendo faltado o Presidente da JF de Silvalde José Marco da Cunha Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião iniciando os trabalhos com os assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia com os seguintes documentos:

PS (José Carvalhinho): “Moção – Contra a desqualificação da Unidade Materno-infantil do Centro Hospitalar de VN Gaia-Espinho: O CHVNG/E, a unidade de saúde de referência para os espinhenses, foi mais uma vez confrontado com uma tentativa de desqualificação dos seus serviços. Desta vez a perde de valências na área materno-infantil. Ao longo dos últimos meses temos vindo a assistir a um ataque cerrado ao CHVNGE e a uma tentativa permanente de retirada de funções e valências médicas que trariam inequivocamente prejuízos e qualidade nos serviços prestados à população que este hospital serve. Recordamo-nos ainda recentemente da tentativa de retirada da unidade de cirurgia cardiotorácica e da desqualificação das suas urgências. O pretexto e as justificações apresentadas são sempre os mesmos, a proximidade do Hospital de São João e de Santo António, no Porto. Argumentos falaciosos que ignoram a demografia e os fatores clínicos, sociais e geográficos que, pelo contrário, reforçam a importância do CHVNGE no serviço que presta às populações a Sul do Douro. Os interesses e o bem-estar da saúde dos Espinhenses não podem estar permanentemente ameaçado por estas tentativas de desqualificação do CHVNGE, baseadas nos lobbies políticas do Hospital Geral de São João e do Centro Hospitalar do Porto (Santo António do Porto) e nos critérios economicistas que a Troika nos impôs e que o anterior governo PSD/CDS seguia tão afincadamente. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho manifesta-se contra esta desqualificação do Centro Materno-infantil do CHVNGE proposta pela Comissão nomeada pelo anterior governo e apela ao Sr. Ministro da Saúde para que não implemente as conclusões injustas e desadequadas a que esta comissão chegou. Esta Assembleia Municipal convida ainda o executivo camarário a associar-se a esta moção que deverá ser enviada para o Ministério da Saúde, para a ARS Norte e para a Administração do CHVNGE.”

PSD (Ricardo Sousa): “Moção Requalificação e ampliação do Centro Hospitalar de Gaia/Espinho: O Plano de Reabilitação do CHVNG/E que prevê uma ampla intervenção nesta unidade hospitalar, está dividido em três fases. A primeira fase desta requalificação, com um custo global de cerca de 13 milhões de euros (7 milhões dos quais foram fundos comunitários), incluiu a construção global de um edifício, as ligações com os pavilhões existentes e a instalação do Serviço de Imagiologia. Esta primeira fase já está concluída e foi inaugurada em maio pelo Secretário de Estado da Saúde. A segunda fase desta requalificação, com uma duração prevista de 18 meses, irá compreender a compartimentação, acabamentos, instalações técnicas e a conclusão de mais três pisos que irão incluir os serviços de urgência geral, unidade de emergência médica, unidades de cuidados intensivos e intermédios, unidade de AVC, serviço de gastroenterologia, serviço de broncologia, conclusão do serviço de imagiologia e conclusão das acessibilidades e arranjos exteriores. Esta segunda fase tem um custo estimado de cerca de 16



milhões de euros. Deste montante o Centro Hospitalar tem já garantidos 5,3 milhões de euros, referentes à realização do capital estatutário, 6 milhões de euros provenientes de fundos comunitários e 2 milhões de euros resultantes do compromisso assumido pelo Presidente da Câmara Municipal de Gaia, ficando assim a faltar 2,7 milhões de euros. Com mais de 80% de financiamento garantido a obra está parada a aguardar autorização do governo e a respetiva libertação das verbas necessárias. Esta autorização é essencial para o lançamento do concurso de empreitada. De recordar que o arrastar desta situação coloca em risco o financiamento comunitário aprovado em maio. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho reunida em sessão ordinária a 28 de junho de 2016, manifesta a sua profunda preocupação por este atraso, apelando ao Governo que autorize com urgência a libertação das verbas necessárias para a segunda fase da obra de requalificação e ampliação do Centro Hospitalar de Gaia/Espinho, obra de enorme importância para os 700 mil utentes que esta unidade hospitalar serve.”

O Presidente da Assembleia Municipal disse que estes dois documentos seriam discutidos em conjunto.

Intervenções:

Jorge Carvalho (CDU) referiu que a frase constante da moção do PS *“...retirada de funções e valências médicas que trariam inequivocamente prejuízos e qualidade nos serviços...”* carecia de correção uma vez que a retirada de funções não poderia trazer prejuízos e qualidade. Os prejuízos não eram apenas para os espinhenses, uma vez que tratava-se da saúde e bem-estar de todos os que necessitavam daquele serviço. Quanto à moção do PSD contradizia-se na parte referente ao serviço de imagiologia, uma vez que no início referia a sua instalação, no segundo parágrafo referia que estava concluído e no terceiro que faltava concluir. Disse ainda que, em Portugal, os serviços públicos tornavam-se de menor qualidade para favorecerem os privados.

Jorge Pina (PS) disse que a moção do PSD dava a entender que o culpado daquela situação era o atual governo o que não correspondia à verdade. Em setembro de 2015, o Secretário de Estado da Saúde do anterior governo dissera que estavam a fazer tudo para a continuidade da obra, que tinham urgência no lançamento da 2ª fase, mas nada fora feito.

Ricardo Sousa (PSD) em relação à aparente contradição mencionada pela CDU disse que o constante do documento era que a 1ª fase da obra, que contemplava a instalação do serviço de imagiologia, estava concluída e que a 2ª fase da obra, que previa mais 3 pisos, incluía evidentemente, a conclusão do serviço de imagiologia. Disse que existiam 5,3 milhões de euros já disponibilizados pelo facto do Ministro Paulo Macedo ter arranjado verba na respetiva estrutura de financiamento, faltando 2,7 M€ para os quais a tutela teria de pronunciar-se favoravelmente. A declaração referida pelo vogal Jorge Pina fora feita em setembro, tendo o anterior Governo cessado funções em outubro, pelo que era natural que não houvesse tempo de proceder-se à respetiva autorização. O importante era resolver o problema e não assacar

responsabilidades a um ou a outro Governo. Tinham de perceber se o PS estava ou não empenhado nisso uma vez que corriam o risco de perder 6 M€ de Fundos Comunitários. De facto o anterior Governo criara a Comissão referida na moção do PS, mas o Governo agora em funções manteve-a em funcionamento, reconhecendo-lhe portanto utilidade, pelo que sugeriu que na parte deliberativa da moção do PS na frase " ...manifesta-se contra esta desqualificação do Centro Materno-infantil do CHVNGE proposta pela Comissão nomeada pelo anterior governo..." fosse acrescentado "...e colocada à discussão pública pelo atual governo".

Ana Rezende (CDU) disse que o enquadramento dado na moção do PSD sobre os fundos públicos necessários, que tinham de ser libertados visando a conclusão da 2ª fase das obras do CHVNGE, não era uma situação nova. Tendo a inauguração da 1ª fase ocorrido em maio passado, estranhar-se-ia que, em 30 dias, o Governo tivesse de libertar de imediato a verba, insinuando-se naquele documento o medo de estar em risco a perda de financiamento comunitário. Aquela situação decorria de contratos programa de 4 ou 5 anos atrás que deviam ter sido cumpridos pelo anterior governo. Durante 4 anos, o PSD e o CDS não se preocuparam com a situação, existindo uma intenção velada de deslocar a população de utentes de Espinho e de Vila Nova de Gaia para o Hospital de Santo António para o qual existia projeto para ser entregue a privados. Disse que votaria contra a moção do PSD.

Aurora Morais (PS) disse que a moção do PSD exigia ao governo que, em 30 dias, fizesse o que o anterior Governo não fizera em 4 anos, desbloqueando a verba necessária. Disse que seriam feitas várias empreitadas, tendo Secretário de Estado referido que já havia verba para o início da obra. Disse que votaria contra a moção do PSD.

Presidente CME pediu a palavra para dizer que o assunto era de relevante importância. Quer um governo quer outro tinham determinadas contingências a ultrapassar, mas não podiam ser injustos em não reconhecer o trabalho feito pelo anterior governo. A 1ª fase da obra estava concluída, devendo-se ao esforço conjunto do governo anterior, da CCDRN, das autarquias de Vila Nova de Gaia e Espinho e dos Conselhos de Administração do CHVNGE. Na Assembleia Municipal de Espinho discutira-se, várias vezes, a questão da urgência polivalente do CHVNGE, tendo sido tomada posição clara, tanto na Assembleia Municipal como também publicamente, contra a desqualificação do serviço urgência polivalente do CHVNGE. Sobre os documentos apresentados disse que subscrevia a Moção do PS relativamente à questão da tentativa de desqualificação dos serviços de pediatria do CHVNGE. O que o vogal Ricardo Sousa dissera naquela matéria era verdade, existindo uma comissão nomeada pelo anterior Ministro da Saúde que mantivera-se em funções com o atual governo, sendo que a proposta que apontava para a desqualificação dos serviços de pediatria do CHVNGE fora posta à discussão pública pelo atual governo. A 2ª fase da obra comportava um investimento de 16 M€, sendo que o financiamento estava parcialmente assegurado. 6 M€ eram assegurados por um contrato de financiamento



assinado no final do passado mês de maio entre o Conselho de Administração do CHVNGE e a CCDRN, no qual estava definido um prazo de 180 dias para adjudicação da obra, caso contrário perder-se-ia o financiamento. A segunda componente do financiamento de 5,3 M€ provinha de capitais próprios do CHVNGE, já desbloqueados pelo anterior governo. Existiam ainda mais 2 milhões de euros resultantes do compromisso assumido pelo Presidente da Câmara Municipal de Gaia, ficando a faltar 2,7 M€ de financiamento que eram necessários só para 2018. Naquele momento, faltava apenas o Ministro da Saúde fazer um despacho de concordância remetendo o assunto ao Ministério das Finanças para que aquele, também por despacho, autorizasse o investimento, relegando os 2,7 M€ de financiamento para execução orçamental futura, para que o CHVNGE pudesse lançar o concurso público para a 2ª fase, sem correr riscos de perder o financiamento comunitário. Naquelas matérias existia uma profunda convergência entre as Autarquias de VN Gaia e de Espinho, a Administração do CHVNGE, da própria CCDR e da ARS Norte. Disse que aquelas matérias, por ser sobremaneira importante, não deviam ser alvo de luta político-partidária, pelo que apelou ao consenso da Assembleia Municipal.

Ana Rezende (CDU) disse que a questão que se colocava, desde o início, era a redação dada ao documento do PSD. Perguntou se havia entendimento para alterar alguns aspetos, como por exemplo não apelar a uma política de medo, uma vez que reconheciam ser uma questão sobremaneira importante. Estavam nos primeiros 30 dias de aprovação, tendo o Presidente da CME falado em 180 dias de prazo.

Presidente da AME perguntou quais eram as alterações que pretendiam fazer aos documentos, fazendo um intervalo na reunião.

Reiniciados os trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos vogais se tinham alguma proposta de alteração às moções. Foram feitas propostas de alteração pelos vogais Ana Rezende (CDU), Jorge Pina (PS) e Jorge Carvalho (CDU), tendo os 2 documentos sido aprovados, por unanimidade, com as seguintes redações:

Moção do PS: "Contra a desqualificação da Unidade Materno-Infantil do Centro Hospitalar de VN Gaia-Espinho: O CHVNGE/E, a unidade de saúde de referência para os espinhenses, foi mais uma vez confrontado com uma tentativa de desqualificação dos seus serviços. Desta vez a perda de valências na área materno-infantil. Ao longo dos últimos meses temos vindo a assistir a um ataque cerrado ao CHVNGE e a uma tentativa permanente de retirada de funções e valências médicas que trariam inequivocamente prejuízos e perda de qualidade nos serviços prestados à população que este Hospital serve. Recordamo-nos ainda recentemente da tentativa de retirada da unidade de cirurgia cardiorácica e da desqualificação das suas urgências. O pretexto e as justificações apresentadas são sempre as mesmas, a proximidade do Hospital de São João e de Santo António, no Porto. Argumentos falaciosos que ignoram a demografia e os fatores clínicos, sociais e geográficos que, pelo contrário, reforçam a

importância do CHVNGE no serviço que presta às populações a Sul do Douro. Os interesses e o bem-estar da saúde das populações não podem estar permanentemente ameaçados por estas tentativas de desqualificação do CHVNGE, baseadas nos lobbies políticos do Hospital Geral de São João e do Centro Hospitalar do Porto (Santo António do Porto) e nos critérios economicistas que a Troika nos impôs e que o anterior governo PSD/CDS seguia tão afincadamente. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho manifesta-se contra esta desqualificação do centro materno infantil do CHVNGE e apela ao Sr. Ministro da Saúde para que não implemente as conclusões injustas e desadequadas a que esta comissão técnica chegou. Esta Assembleia Municipal convida ainda o executivo camarário a associar-se a esta moção que deverá ser enviada para o Ministério da Saúde, para a ARS Norte e para a Administração do CHVNGE.”

Moção do PSD: “Requalificação e ampliação do Centro Hospitalar de Gaia/Espinho: O Plano de Reabilitação do CHVNG/E que prevê uma ampla intervenção nesta unidade hospitalar, está dividido em três fases. A primeira fase desta requalificação, com um custo global de cerca de 13 milhões de euros (7 milhões dos quais foram fundos comunitários), incluiu a construção global de um edifício, as ligações com os pavilhões existentes e a instalação do Serviço de Imagiologia. Esta primeira fase já está concluída e foi inaugurada em maio pelo Secretário de Estado da Saúde. A segunda fase desta requalificação, com uma duração prevista de 18 meses, irá compreender a compartimentação, acabamentos, instalações técnicas e a conclusão de mais três pisos que irão incluir os serviços de urgência geral, unidade de emergência médica, unidades de cuidados intensivos e intermédios, unidade de AVC, serviço de gastroenterologia, serviço de broncologia, conclusão do serviço de imagiologia e conclusão das acessibilidades e arranjos exteriores. Esta segunda fase tem um custo estimado de cerca de 16 milhões de euros. Deste montante o Centro Hospitalar tem já garantidos 5,3 milhões de euros, referentes à realização do capital estatutário, 6 milhões de euros provenientes de fundos comunitários e 2 milhões de euros resultantes do compromisso assumido pelo Presidente da Câmara Municipal de Gaia, ficando assim a faltar 2,7 milhões de euros. Com mais de 80% de financiamento garantido a obra está a aguardar autorização do governo e a respetiva libertação das verbas necessárias. Esta autorização é essencial para o lançamento do concurso de empreitada. De recordar que o arrastar desta situação pode colocar em risco o financiamento comunitário aprovado em maio. Assim, A Assembleia Municipal de Espinho reunida em sessão ordinária a 28 de junho de 2016, manifesta a sua profunda preocupação, apelando ao Governo que autorize com urgência a libertação das verbas necessárias para a segunda fase da obra de requalificação e ampliação do Centro Hospitalar de Gaia/Espinho, obra de enorme importância para os 700 mil utentes que esta unidade hospitalar serve.”

Declarações de Voto:



Ricardo Sousa (PSD): “ O Partido Social Democrata votou favoravelmente a moção do Partido Socialista. Votou sobretudo a parte deliberativa, porque há algumas considerações expressas nos considerandos desta moção, com as quais o PSD não concorda, nomeadamente no seu parágrafo 4 quando refere os critérios economicistas que a Troika nos impôs e que o anterior Governo PSD/CDS seguia tão afincadamente.”

Passou-se de seguida ao Ponto 3: **Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal.**

O vogal José Carvalhinho (PS) disse que aquele documento não fora disponibilizado dentro do prazo regimental pelo que não teve tempo de analisá-lo, tendo o Presidente da AME dito que marcar-se-ia então outra reunião para a sua discussão.

Passou-se então ao ponto 4: **Aprovação das atas 1/2016; 2/2016; 3/2016; 4/2016 e 5/2016.**

Todas as atas foram aprovadas por unanimidade, sendo que participaram na aprovação apenas os vogais que estiveram presentes nas reuniões a que as atas dizem respeito.

Nos termos regimentais, o Presidente da Assembleia abriu o período para intervenção do público presente e, não havendo qualquer intervenção, deu por encerrada a reunião, procedendo-se à marcação de nova reunião para continuação dos trabalhos para o dia **4 de julho de 2016**, pelas 21h00.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 4 do artigo 60.º do Regimento desta Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 60.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Funcionária Municipal,
